

Dora Kramer*

Partidos custam bilhões por prestação de mau serviço

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou na semana passada os dados sobre a divisão do dinheiro do fundo eleitoral, e isso não traz notícia nova.

Os números são conhecidos, mas a divulgação repõe na agenda o tema desse tipo de financiamento adotado desde a eleição de 2018. Oportunidade para renovar questionamentos sobre como partidos se tornaram sorvedouros de dinheiro público sem que, em contrapartida, prestem bons serviços ao país que os contrata.

A velha história: o representado é obrigado a votar, mas os representantes não se obrigam a cumprir seus deveres e ainda legislam em causa própria. Por exemplo, anistando infrações das agremiações, ampliando o uso do fundo partidário e afrouxando normas como a Lei da Ficha Limpa. Aos números graúdos: R\$ 4,9 bilhões para as campanhas, R\$ 1,3 bilhão para as despesas habituais dos partidos e R\$ 61 bilhões reservados para as emendas parlamentares no Orçamento da União de 2026. As emendas entram nessa conta porque funcionam como financiamento paralelo de campanhas.

O serviço prestado justifica essa dinheirama toda? A julgar pela pesquisa do Poder Data divulgada há alguns dias, a população não está nada satisfeita com o que paga aos partidos. Só 10% avaliam positivamente o trabalho da Câmara dos Deputados e 15% avalizam o desempenho do Senado.

Enquanto nas eleições para presidente, governadores e prefeitos as avaliações de desempenho podem impactar diretamente nas intenções de voto, no Legislativo há uma dispersão nas escolhas. É com isso que contam os pretendentes a congressistas. Apostam justamente na ausência de conexão entre o que está sendo pago pela sociedade e o que é de fato entregue pelos eleitos no curso dos respectivos mandatos exercidos longe do olho dos donos dos votos.

O sistema distrital de votação, no qual há ligação direta entre representantes e representados, seria o início de mudança na correlação de forças. Mas, para isso, seria necessária a reforma política, a respeito da qual muito se fala e nada se faz.

***Jornalista e comentarista de política**

Márcio Coimbra*

Muito Além das Tarifas

O tabuleiro do comércio global sofreu um realinhamento profundo, e o Brasil agiu tarde demais diante de Washington. A confirmação de que o Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) concluiu a investigação sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, recomendando tarifa punitiva de 25% sobre produtos brasileiros, é um revés severo. Representa o ápice do protecionismo técnico da administração Trump e expõe fragilidades crônicas na nossa diplomacia corporativa e governamental. Como alguém que dirigiu a promoção de exportações da Apex-Brasil, posso garantir que o anúncio traz lições amargas sobre nossa incapacidade de antecipar o risco regulatório global.

Diferente do açodado tarifaço de 2025, derubado nos tribunais americanos por seu caráter político, a investida de Jamieson Greer possui blindagem técnica sofisticada. Ao ancorar as penalidades nas conclusões da Seção 301, os EUA ergueram barreiras de difícil reversão. O USTR apontou seis práticas injustas: barreiras ao comércio digital, assimetrias em pagamentos eletrônicos, distorções em tarifas preferenciais, morosidade na propriedade intelectual, disputas no etanol e desmatamento ilegal. Ao usar a pauta ambiental como dumping ecológico, Washington desarmou a retórica de Brasília, provando que a defesa de seus interesses não tem amarras ideológicas, mas objetivos práticos.

O desenho cirúrgico das sobretaxas revela a realpolitik americana destes tempos. Ao poupar setores estratégicos como aeroespacial (preservando a Embraer), combustíveis fósseis, minerais críticos, café e carne bovina, Washington protegeu sua indústria e eleitores da inflação. Onde o Brasil tem indispensabilidade estrutural, o pragmatismo prevaleceu, onde somos substituíveis, houve revés. O governo brasileiro tem sua parcela de culpa, uma vez que alimentou a retórica antiamericana e falhou em deter o processo nos bastidores, escancarando que nossa

diplomacia perdeu densidade técnica e interlocação com o poder americano.

Para agravar, enfrentamos a contaminação de agendas, aquilo que chamo de linkage diplomacy. A classificação de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas internacionais por Washington fundiu a governança econômica à segurança nacional dos EUA. O comércio virou moeda de troca geopolítica, um tabuleiro onde Brasília tem dificuldade de se mover.

Diante disso, o Brasil precisa redesenhar sua defesa comercial, devolvendo o protagonismo à diplomacia corporativa privada e aos setores produtivos. Se o canal intergovernamental falha por saturação ideológica, o empresariado deve assumir a liderança, como fizemos em 2025. Como sempre ressaltei, o setor privado precisa ir a Washington demonstrar, com dados econômicos, como a taxa de 25% afetará a competitividade das próprias indústrias e consumidores americanos que dependem de nossos insumos. Foi assim que derrubamos centenas de tarifas em nossa mais recente incursão nos corredores da capital americana. A partir de agora, o jogo recomeça.

A lição da Seção 301 é clara: a inserção internacional do país não pode depender de voluntarismos políticos. O protecionismo contemporâneo não se combate com notas de repúdio, mas com inteligência comercial, previsibilidade e presença ativa onde as regras são escritas. Sem eficiência interna e estabilidade regulatória, perderemos mercados que levamos décadas para conquistar.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

Tainá de Paula*

A urgência climática bate à porta das periferias: a vida no Brasil além do asfalto

O Dia Mundial do Meio Ambiente nos convoca a uma reflexão muito mais profunda do que as tradicionais promessas institucionais e discursos corporativos sobre sustentabilidade. Enquanto fóruns globais projetam modelos para as próximas décadas, a realidade prática nos impõe um confronto imediato com o termômetro. Os últimos anos consolidaram recordes históricos de temperatura no país, transformando ondas de calor contínuas e sensações térmicas sufocantes em um severo e permanente "novo normal".

Essa escalada climática, no entanto, não distribui seus impactos de forma democrática. Ela expõe a face mais cruel da desigualdade urbana brasileira: as ilhas de calor e a asfixia climática que penalizam os corpos e os territórios mais vulneráveis do nosso tecido social. De Norte a Sul, as áreas periféricas, favelas e comunidades tradicionais sofrem de forma desproporcional os efeitos do asfalto impermeabilizado, do super adensamento habitacional e, fundamentalmente, da escassez severa de áreas verdes e arborização.

Nesses territórios, divididos por milhões de trabalhadores que compartilham moradias precárias e uma alta densidade urbana, o ambiente construído impõe barreiras que bloqueiam a circulação do ar e agravam o estresse térmico. Quando o calor severo atinge os centros urbanos, o asfalto e as coberturas de zinco transformam as casas em verdadeiras estufas. É a comprovação empírica de um fato incontornável: a radiação solar atinge a todos, mas o adoecimento e o desgaste gerados pelo colapso climático são sentidos com muito mais violência nas margens da sociedade.

Essa assimetria no planejamento e na distribuição de recursos ambientais configura o que a literatura e os movimentos sociais definem como injustiça climática. Falamos da naturalização da precariedade, em que territórios predominantemente habitados por populações negras, indígenas e de baixa renda absorvem os piores ônus do desenvolvimento: a escassez de saneamento básico, a intermitência crônica no abastecimento de água e a exposição

direta a extremos de temperatura ou a desastres hidrológicos. O solo urbano nacional reflete escolhas políticas históricas que segregaram o direito à saúde e ao bem-estar.

Por essa razão, celebrar o meio ambiente em junho exige ir muito além do diagnóstico das estatísticas. Exige a consolidação de políticas públicas voltadas para uma infraestrutura verde descentralizada e focada na justiça social. Investir na ampliação da cobertura vegetal e no restabelecimento de biomas degradados nas periferias não é uma intervenção estética ou paisagística; trata-se de uma urgência de saúde pública capaz de mitigar a mortalidade urbana ligada ao calor e restaurar o equilíbrio psicossocial das comunidades.

O Brasil já possui soluções locais inovadoras e plenamente escaláveis para o Sul Global. O uso de tecnologia de ponta, como o mapeamento e a sementeira por drones em áreas de difícil acesso nos mutirões de reflorestamento, demonstra como a preservação pode avançar em sintonia com a geografia das nossas encostas e mananciais. Da mesma forma, iniciativas consagradas de agricultura urbana comunitária e o fortalecimento das cooperativas de catadores evidenciam que a transição ecológica caminha de mãos dadas com a geração de emprego, a economia circular e a soberania alimentar nas favelas e bairros periféricos.

A construção de um futuro sustentável depende diretamente de quem governa e de como priorizamos a vida no orçamento público. Não haverá transição ecológica legítima sem a inclusão real dos invisibilizados e sem o enfrentamento direto das carências estruturais das nossas regiões metropolitanas e interiores. Que este Dia Mundial do Meio Ambiente sirva para demarcar que o tempo de agir não é o amanhã abstrato, mas o presente imediato. Proteger o meio ambiente é, antes de tudo, garantir o direito à vida de quem está na linha de frente da crise climática.

***Tainá de Paula é arquiteta, urbanista, especialista em Cidades e vereadora da cidade do Rio de Janeiro**